

Prova Escrita Objetiva – Nível Médio completo

AGENTE FAZENDÁRIO

Tipo 3 – AMARELA



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo oitenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas



TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **1 hora e 30 minutos** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados
- Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas
Boa prova!

Língua Portuguesa

Texto 1 – Argumentos contra a redução da maioria penal

1. A redução da maioria penal fere uma das cláusulas da Constituição Federal que não podem ser modificadas por congressistas.
2. A inclusão de jovens a partir de 16 anos no sistema prisional brasileiro não iria contribuir para sua reinserção na sociedade.
3. A pressão para a redução da maioria penal está baseada em casos isolados, e não em dados estatísticos.
4. Em vez de reduzir a maioria penal, o governo deveria investir em educação e em políticas públicas para proteger os jovens e diminuir a vulnerabilidade deles diante da violência.
5. A redução da maioria penal iria afetar, principalmente, jovens negros, pobres e moradores de áreas periféricas no Brasil, na medida em que este é o perfil de boa parte da população carcerária brasileira.

(Uol-Cotidiano 19/05/2015 – adaptado)

1

Considerando a estrutura básica de um texto argumentativo, a afirmação correta sobre a identificação dos componentes desse tipo de texto, a partir do texto 1, é:

- (A) o argumentador é o próprio autor do texto;
- (B) a tese pode ser expressa do seguinte modo: a redução da maioria penal é ilegal;
- (C) o primeiro argumento apresentado se apoia na autoridade do Congresso Nacional;
- (D) o terceiro argumento apresentado se estrutura a partir da negação de um argumento oposto;
- (E) o público-alvo a ser convencido corresponde a todas as pessoas que trabalham no terreno da Justiça.

2



A charge acima se relaciona com o seguinte argumento do texto 1:

- (A) argumento 1;
- (B) argumento 2;
- (C) argumento 3;
- (D) argumento 4;
- (E) argumento 5.

3

Entre os substantivos abaixo, retirados do texto 1, aquele que NÃO é formado a partir de verbo é:

- (A) Constituição;
- (B) pressão;
- (C) inclusão;
- (D) redução;
- (E) população.

4

Considerando os seguintes segmentos do texto 1: “redução da maioria penal” e “inclusão de jovens”, a afirmação correta sobre o papel dos termos sublinhados é:

- (A) os dois termos exercem a função de adjuntos adnominais;
- (B) apenas o primeiro termo exerce a função de adjunto;
- (C) apenas o segundo termo exerce a função de adjunto;
- (D) os dois termos exercem a função de complementos nominais;
- (E) apenas o primeiro termo exerce a função de complemento.

5

Na redação dos argumentos do texto 1, aquele que apresenta erro no que diz respeito ao emprego da vírgula, por omissão ou uso indevido, é o:

- (A) argumento 1;
- (B) argumento 2;
- (C) argumento 3;
- (D) argumento 4;
- (E) argumento 5.

6

“o governo deveria investir em educação e em políticas públicas para proteger os jovens e diminuir a vulnerabilidade deles diante da violência”.

Se o segmento sublinhado for reescrito na forma desenvolvida, mantendo-se o paralelismo e o sentido original, a forma correta será:

- (A) para a proteção dos jovens e que diminuísse a vulnerabilidade;
- (B) para protegerem-se os jovens e diminuir-se a vulnerabilidade;
- (C) para a proteção dos jovens e diminuição da vulnerabilidade;
- (D) para que protegesse os jovens e a diminuição da vulnerabilidade;
- (E) para que protegessem os jovens e diminuíssem a vulnerabilidade.

7

Os argumentos apresentados no texto 1 mostram, implicitamente, alguns pressupostos; o pressuposto abaixo indicado corretamente é:

- (A) pressuposto do argumento 1 – A Constituição Federal não deve e não pode ser alterada;
- (B) pressuposto do argumento 2 – Um dos objetivos do sistema prisional é procurar reinserir o preso na sociedade;
- (C) pressuposto do argumento 3 – Argumentativamente falando, os casos isolados são mais eficientes que dados estatísticos;
- (D) pressuposto do argumento 4 – A violência faz parte do cotidiano do sistema prisional brasileiro;
- (E) pressuposto do argumento 5 – O preconceito socioeconômico é mais forte que o racial.

8

Entre os pares abaixo, formados de substantivos + adjetivos, aquele cujo adjetivo é passível de variação de grau superlativo é:

- (A) maioria penal;
- (B) políticas públicas;
- (C) dados estatísticos;
- (D) jovens pobres;
- (E) população carcerária.

9

“cláusulas da Constituição Federal que não podem ser modificadas por congressistas”.

A forma ativa da frase sublinhada é:

- (A) que não podem modificar-se por congressistas;
- (B) que congressistas não podem modificar;
- (C) que congressistas não podem modificar-se;
- (D) que não se modificam por congressistas;
- (E) que congressistas não modificaram.

10

A opção abaixo em que a troca dos elementos produz modificação de sentido é:

- (A) “a redução da maioria penal está baseada em casos isolados, e não em dados estatísticos” / em dados estatísticos e não em casos isolados;
- (B) “o governo deveria investir em educação e em políticas públicas” / em políticas públicas e em educação;
- (C) “para proteger os jovens e diminuir a vulnerabilidade deles diante da violência” / diminuir a vulnerabilidade dos jovens diante da violência e protegê-los;
- (D) “jovens negros, pobres e moradores de áreas periféricas no Brasil” / moradores de áreas periféricas, jovens negros e pobres;
- (E) “é o perfil de boa parte da população carcerária brasileira” / boa parte da população brasileira carcerária.

Texto 2 – Argumentos a favor da redução da maioria penal

1. A mudança da Constituição de 1988 não seria ilegal, uma vez que a nova lei apenas colocaria novas regras.
 2. A impunidade gera mais violência. Os jovens, atualmente, têm consciência de que não podem ser presos e punidos como adultos. Por isso, continuam a cometer crimes.
 3. A redução da maioria penal iria proteger os jovens do aliciamento feito pelo crime organizado, que tem recrutado menores de 18 anos para atividades, sobretudo, relacionadas ao tráfico de drogas.
 4. O Brasil precisa alinhar a sua legislação à de países desenvolvidos, como os Estados Unidos, onde, na maioria dos estados, adolescentes acima de 12 anos de idade podem ser submetidos a processos judiciais da mesma forma que adultos.
 5. A maioria da população brasileira é a favor da redução da maioria penal. Em 2013, pesquisa realizada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT) indicou que 92,7% dos brasileiros são a favor da medida.
- (Uol-Cotidiano 19/05/2015 – adaptado)

11

Os textos 1 e 2 mostram cinco argumentos contra e a favor da redução da maioria penal. Os argumentos, respectivamente contra e a favor, que se relacionam quanto ao significado são:

- (A) 1/1 – 3/5;
- (B) 1/2 – 2/4;
- (C) 2/2 – 3/4;
- (D) 3/4 – 2/3;
- (E) 3/5 – 4/4.

12

O segmento, retirado do texto 1 ou 2, que tem vírgulas em função do deslocamento de um adjunto adverbial é:

- (A) “A pressão para a redução da maioria penal está baseada em casos isolados, e não em dados estatísticos.” (texto 1)
- (B) “A redução da maioria penal iria proteger os jovens do aliciamento feito pelo crime organizado, que tem recrutado menores de 18 anos para atividades...” (texto 2)
- (C) “Em 2013, pesquisa realizada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT) indicou que 92,7% dos brasileiros são a favor da medida.” (texto 2)
- (D) “A mudança da Constituição de 1988 não seria ilegal, uma vez que a nova lei apenas colocaria novas regras.” (texto 2)
- (E) “...moradores de áreas periféricas do Brasil, na medida em que esse é o perfil de boa parte da população carcerária brasileira.” (texto 1)

13

“5. A maioria da população brasileira é a favor da redução da maioria penal. Em 2013, pesquisa realizada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT) indicou que 92,7% dos brasileiros são a favor da medida.”

Esse argumento (texto 2) se apoia no processo denominado:

- (A) sedução, pois apela para a vaidade;
- (B) intimidação pelo medo, pois causa receio;
- (C) intimidação pela vergonha, já que causa constrangimento;
- (D) emulação, visto que propõe imitação;
- (E) tentação, pois apela para o interesse.

14

“3. A redução da maioria penal iria proteger os jovens do aliciamento feito pelo crime organizado, que tem recrutado menores de 18 anos para atividades, sobretudo, relacionadas ao tráfico de drogas”.

O argumento que se oporia ao argumento acima (texto 2) é:

- (A) os menores poderiam ser empregados em outro tipo de crime;
- (B) o aliciamento continuaria a ser feito já que a tentação de enriquecimento fácil é grande;
- (C) os marginais passariam a aliciar menores de 16 anos;
- (D) o tráfico de drogas tende a deixar de ser atividade criminosa;
- (E) os menores não possuem documentos confiáveis e podem enganar quanto à sua idade.

15

“5. A maioria da população brasileira é a favor da redução da maioria penal. Em 2013, pesquisa realizada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT) indicou que 92,7% dos brasileiros são a favor da medida”.

Esse argumento do texto 2 parte de um pressuposto, que é:

- (A) as pesquisas indicam sempre verdades;
- (B) os brasileiros formam uma população culta e atualizada;
- (C) a maioria está sempre com a razão;
- (D) as pesquisas são bem formuladas e merecem crédito;
- (E) as Confederações profissionais merecem credibilidade.

16

Na frase “A mudança da Constituição de 1988 não seria ilegal, uma vez que a nova lei apenas colocaria novas regras”, as formas do futuro do pretérito indicam:

- (A) ações posteriores à época em que se fala;
- (B) expressão da incerteza e da dúvida;
- (C) substituição do presente, como forma de polidez;
- (D) denotação de surpresa ou indignação;
- (E) afirmações condicionadas a outros fatos.

17

“A redução da maioria penal iria proteger os jovens do aliciamento”; essa frase do texto 2 foi reescrita de vários modos e a opção em que seu sentido original foi modificado é:

- (A) A redução da maioria penal protegeria os jovens do aliciamento.
- (B) Os jovens do aliciamento seriam protegidos pela redução da maioria penal.
- (C) A redução da maioria penal iria proteger do aliciamento os jovens.
- (D) Os jovens iriam ser protegidos do aliciamento pela redução da maioria penal.
- (E) A redução da maioria penal protegeria do aliciamento os jovens.

**18**

A charge acima tem por objetivo criticar:

- (A) a falta de bom-senso;
- (B) o distanciamento entre políticos e a população;
- (C) a corrupção da classe política;
- (D) a distância entre o falar e o fazer;
- (E) a hipocrisia de algumas autoridades.

19

“Hoje iremos mandar um monte de gente apodrecer e morrer no inferno dos presídios”; essa fala do personagem da charge acrescenta um argumento contrário à redução da maioria penal, que é:

- (A) as penas demasiadamente extensas;
- (B) a falta de treinamento dos agentes penitenciários;
- (C) a ausência de religiosidade nas prisões;
- (D) o péssimo estado das cadeias;
- (E) a inexistência de penas alternativas.

20

A linguagem da charge deve ser classificada como:

- (A) formal, pois não apresenta desvios gramaticais;
- (B) informal, pois emprega termos de gíria;
- (C) regional, já que mostra marcas de certa região do país;
- (D) jargão profissional, visto que contém expressões típicas de políticos;
- (E) erudita, já que inclui termos e construções rebuscadas.

Matemática

21

João coordena as 5 pessoas da equipe de manutenção de uma empresa e deve designar, para cada dia, as pessoas para as seguintes funções:

- uma pessoa da equipe para abrir o prédio da empresa e fiscalizar o trabalho geral;
- duas pessoas da equipe para o trabalho no turno da manhã, deixando as outras duas para o turno da tarde.

O número de maneiras diferentes pelas quais João poderá organizar essa escala de trabalho é:

- (A) 10;
(B) 15;
(C) 20;
(D) 30;
(E) 60.

22

Ao longo de uma estrada aparecem as cidades A, B, C e D, nessa ordem. Sabe-se que a distância entre as cidades A e C é de 30km, a distância entre as cidades B e D é de 43km e que a distância entre as cidades A e D é de 55km.

A distância entre as cidades B e C, em quilômetros, é igual a:

- (A) 12;
(B) 15;
(C) 18;
(D) 22;
(E) 25.

23

Na sequência abaixo, as diferenças entre termos consecutivos repetem-se alternadamente:

1, 5, 8, 12, 15, 19, 22, 26, 29, 33, ...

O 100º elemento dessa sequência é:

- (A) 344;
(B) 346;
(C) 348;
(D) 351;
(E) 355.

24

Na seção de atendimento ao público de certa secretaria municipal, os documentos de cada pessoa atendida são colocados em uma pasta. A partir do primeiro dia útil de 2015 as pastas foram numeradas, na ordem do atendimento, com os símbolos: P-01, P-02, P-03, etc. e essas pastas foram guardadas em caixas numeradas com os símbolos C-01, C-02, C-03, etc.

Cada caixa contém 15 pastas, de forma que as pastas de P-01 a P-15 estão na caixa C-01, as pastas de P-16 a P-30 estão na caixa C-02, e assim por diante.

A pasta P-1000 está na caixa:

- (A) C-65;
(B) C-66;
(C) C-67;
(D) C-68;
(E) C-69.

25

Para pagamento de boleto com atraso em período inferior a um mês, certa instituição financeira cobra, sobre o valor do boleto, multa de 2% mais 0,4% de juros de mora por dia de atraso no regime de juros simples. Um boleto com valor de R\$ 500,00 foi pago com 18 dias de atraso.

O valor total do pagamento foi:

- (A) R\$ 542,00;
(B) R\$ 546,00;
(C) R\$ 548,00;
(D) R\$ 552,00;
(E) R\$ 554,00.

26

Os 12 funcionários de uma repartição da prefeitura foram submetidos a um teste de avaliação de conhecimentos de computação e a pontuação deles, em uma escala de 0 a 100, está no quadro abaixo.

50	55	55	55	55	60
62	63	65	90	90	100

O número de funcionários com pontuação acima da média é:

- (A) 3;
(B) 4;
(C) 5;
(D) 6;
(E) 7.

27

Francisco é atendente em certa seção da prefeitura e atendeu, em uma terça-feira, uma pessoa que solicitava uma certidão. Francisco registrou o pedido e disse que a certidão estaria pronta em 7 dias úteis.

Não havendo feriados nesse período, a certidão ficou pronta em uma:

- (A) segunda-feira;
(B) terça-feira;
(C) quarta-feira;
(D) quinta-feira;
(E) sexta-feira.

28

Uma máquina é capaz de imprimir e encadernar cada exemplar de um determinado livro em 2min45s.

Trabalhando continuamente, o tempo que essa máquina levará para imprimir e encadernar 100 livros é:

- (A) 3h45min;
(B) 3h55min;
(C) 4h15min;
(D) 4h25min;
(E) 4h35min.

29

O quadro a seguir mostra a distribuição das idades dos funcionários de certa repartição pública:

Faixa de idade (anos)	Número de funcionários
20 ou menos	2
De 21 a 30	8
De 31 a 40	12
De 41 a 50	14
Mais de 50	4

Escolhendo ao acaso um desses funcionários, a probabilidade de que ele tenha mais de 40 anos é:

- (A) 30%;
- (B) 35%;
- (C) 40%;
- (D) 45%;
- (E) 55%.

30

Em uma repartição, para conferir todos os processos arquivados do ano anterior, três pessoas com o mesmo ritmo de trabalho e trabalhando juntas demorariam 20 dias. Essas três pessoas iniciaram o trabalho e, com 1/4 do total do trabalho concluído, duas outras pessoas com o mesmo ritmo de trabalho das anteriores se juntaram ao grupo. Então, essas cinco pessoas terminaram o trabalho.

O número total de dias utilizados nesse trabalho foi:

- (A) 13;
- (B) 14;
- (C) 15;
- (D) 16;
- (E) 17.

Noções de Informática**31**

No MS Windows 7, quando um aplicativo “congela” e passa a não responder comandos que usualmente aceita, uma boa saída é finalizá-lo por meio:

- (A) da Ferramenta de Captura;
- (B) do Prompt de Comando;
- (C) do Gerenciador de Tarefas;
- (D) do Visualizador XPS;
- (E) do Windows Explorer.

32

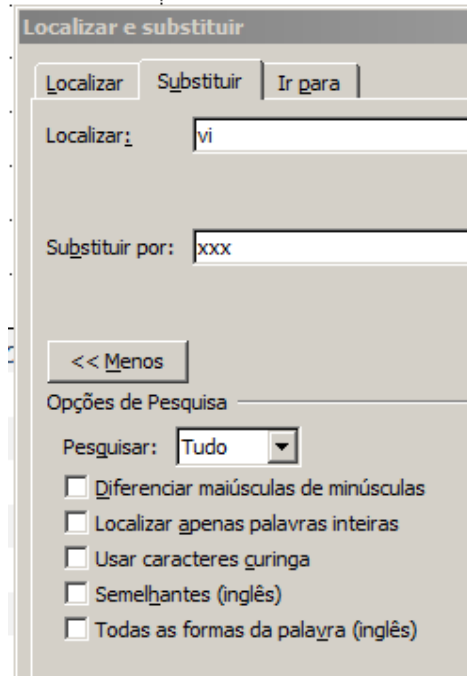
Num pen-drive com capacidade de armazenagem máxima de 4 gigabytes, é possível armazenar:

- (A) 1.000 fotos com 5 megabytes cada;
- (B) 10 arquivos que têm, em média, 500 megabytes;
- (C) um vídeo com tamanho de 8.000.000 kilobytes;
- (D) 1.000.000 de e-mails com 1.000 bytes em média;
- (E) um banco de dados com 1.000.000.000.000 de bytes.

33

Considere um documento MS Word que contém o texto a seguir.

Vi uma estrela tão alta,
Vi uma estrela tão fria!
Vi uma estrela luzindo
Na minha vida vazia.



O número de palavras modificadas pelo comando "Substituir Tudo", acionado como mostrado na figura, é:

- (A) 1;
- (B) 2;
- (C) 3;
- (D) 4;
- (E) 5.

34

Considere a tabela do IR Pessoa Física correntemente praticada na Cochinchina.

Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a Deduzir do IR (R\$)
Até 1.903,98	-	-
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

Dedução por dependente: 189,59

Para um assalariado, a base de cálculo é o salário menos as deduções legais. O imposto a recolher é calculado aplicando-se a alíquota à base de cálculo e subtraindo-se desse resultado a parcela a deduzir correspondente.

Com base nessas informações, Daniel preparou uma planilha MS Excel 2010 que calcula o IR da folha de pagamentos da sua empresa, como na figura a seguir.

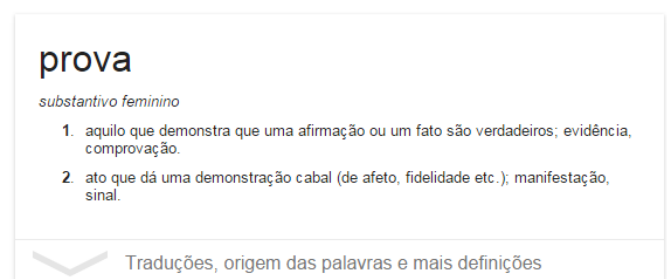
	A	B	C	D
			Deduções legais	IR a recolher
1	Funcionário	Salário		
2	Adilson	3.205,00	189,59	97,51
3	Fernanda	2.900,00	0,00	80,20
4	Zaniolo	3.500,00	379,18	113,32

Daniel já sabe que todos os funcionários caem na faixa com alíquota de 15%, e assim preparou as fórmulas de cálculo. A fórmula escrita por Daniel na célula D2, posteriormente copiada e colada nas células D3 e D4, é:

- (A) = (B2-C2) * 1,15 - 354,8
- (B) = (B2-C2) * 0,15 - 354,8
- (C) = B2 - C2 * 0,15 - 354,8
- (D) = (B2-C2) * (1,15 - 354,8)
- (E) = (\$B2-\$C2) * 1,15 - 354,8

35

O Google permite o emprego de expressões que refinam o processo de busca. Analise, na figura abaixo, a primeira parte do resultado de uma busca realizada pelo Google.



Nesse caso, o texto digitado na caixa de busca foi:

- (A) define prova
- (B) dicionário prova
- (C) ++prova
- (D) \$prova
- (E) ?prova

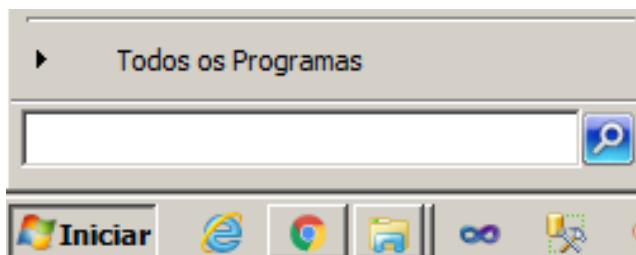
36

Quando se recebe um arquivo, seja por meio de um download da Internet ou anexo de e-mail, é preciso muita atenção à sua extensão antes de abri-lo. No âmbito do MS Windows, uma extensão de arquivo potencialmente perigosa é:

- (A) .DOC
- (B) .EXE
- (C) .JPG
- (D) .WAV
- (E) .XLS

37

Observe na figura abaixo a caixa de busca mostrada no acionamento do botão Iniciar do MS Windows 7.



Essa busca permite a localização de:

- (A) arquivos e contatos;
- (B) documentos, e-mails e contatos;
- (C) páginas na Internet;
- (D) programas e arquivos;
- (E) textos de ajuda para o uso do Windows.

38

Nos aplicativos e sites para utilização de correio eletrônico, os termos "Cco" e "Bco", que são sinônimos, são usados para designar destinatários de um e-mail que:

- (A) não recebem os anexos do e-mail, apenas o texto da mensagem;
- (B) não aparecem, para quem recebe o e-mail, na lista de destinatários;
- (C) recebem uma cópia do e-mail sem o endereço do remetente;
- (D) recebem apenas uma cópia do e-mail, e não do original;
- (E) recebem uma cópia do e-mail, mas ficam impedidos de usar o comando "responder".

39

Carlos pretende carregar numa planilha MS Excel os dados dos contatos registrados em seu e-mail. Depois de investigar como obter e gravar esses dados num arquivo, Carlos descobriu que poderia optar por diferentes formatos de gravação. Um formato que torna muito fácil a posterior importação de dados pelas planilhas é conhecido como:

- (A) .csv
- (B) .docx
- (C) .html
- (D) .pdf
- (E) .pptx

40

Daniela abriu um documento no MS Word 2010 que estava gravado com o nome "Relatório 1", fez alterações no texto e utilizou o comando "Salvar como". Na tela aberta por esse comando, que indaga a localização e o título do arquivo a ser gravado, Daniela digitou o nome "Relatório 1 v2". Daniela então continuou a fazer alterações no texto do documento aberto e finalmente acionou o comando "Salvar".

Está correto concluir que o arquivo que contém o texto original, com todas as alterações efetuadas por Daniela, tem por título:

- (A) Relatório 1;
- (B) Cópia de Relatório 1;
- (C) Relatório 1 v2;
- (D) Relatório 1 v3;
- (E) Cópia de Relatório 1 v2.

Conhecimentos Específicos

41

Os municípios têm competência tributária para instituir contribuição:

- (A) de intervenção no domínio econômico;
- (B) a ser cobrada de seus servidores, para o custeio do regime previdenciário próprio;
- (C) provisória sobre movimentação financeira de ativos dentro do município;
- (D) de interesse das categorias profissionais ou econômicas;
- (E) para o financiamento da assistência social.

42

No que se refere à obrigação e crédito tributários, e considerando o disposto no Código Tributário Nacional, analise as afirmativas a seguir:

- I. Lei específica deve tratar das formas e condições para a concessão de parcelamento.
- II. A concessão de liminar em ação cautelar ou de moratória suspende a exigibilidade de crédito tributário e são causas de dispensa do cumprimento das obrigações acessórias correspondentes à obrigação principal cujo crédito seja suspenso.
- III. Não emitir nota fiscal em operações de venda de livros não é suficiente para que esta obrigação acessória se transforme em obrigação principal com relação à penalidade pecuniária.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e III;
- (E) II e III.

43

Uma vez regularmente notificado ao sujeito passivo, o lançamento só pode ser alterado em virtude de:

- (A) decurso do prazo decadencial;
- (B) majoração superveniente das alíquotas do tributo;
- (C) alteração posterior da lei tributária no tocante à base de cálculo;
- (D) impugnação do sujeito passivo;
- (E) responsabilização tributária de pessoa imune.

44

Nos termos do Código Tributário Nacional, se a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento, após a data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento, o vencimento do crédito tributário ocorrerá em:

- (A) 5 dias;
- (B) 10 dias;
- (C) 20 dias;
- (D) 30 dias;
- (E) 45 dias.

45

A espécie normativa encarregada de dispor sobre conflitos de competência em matéria tributária entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios é:

- (A) Emenda Constitucional;
- (B) Lei Complementar federal;
- (C) Decreto federal;
- (D) Lei Ordinária federal;
- (E) Convênio.

46

De acordo com as normas do Sistema Tributário Nacional previstas na Constituição de 1988, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

- (A) exigir ou aumentar imposto conforme disposto em lei ordinária;
- (B) cobrar tributos do exercício financeiro seguinte àquele em que haja sido publicada a lei que o instituiu;
- (C) instituir, através de lei, impostos sobre a renda ou serviços uns dos outros;
- (D) instituir, através de lei, contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas;
- (E) instituir taxa pelo exercício de poder de polícia dentro de sua competência material.

47

Quanto ao Imposto sobre propriedade predial e territorial urbana - IPTU, a matéria que poderá ser veiculada por decreto é a:

- (A) redução das alíquotas;
- (B) majoração da base de cálculo;
- (C) atualização da base de cálculo, desde que por índice oficial de correção monetária;
- (D) redução da base de cálculo;
- (E) atualização da base de cálculo, por qualquer dos índices de preço adotados pelo mercado.

48

Nos termos previstos no Código Tributário Nacional, em relação aos créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo de falência, é correto afirmar que:

- (A) o art. 188 do CTN, após a entrada em vigor da Lei Complementar nº 118/2005, passou a prever que os créditos tributários vencidos ou vincendos serão pagos preferencialmente a quaisquer outros, como encargos da massa falida;
- (B) pela nova redação do art. 188 do CTN os créditos tributários que surgirem de fatos geradores no curso do processo falimentar não devem ser satisfeitos diretamente pela massa falida;
- (C) os créditos tributários oriundos de fatos geradores ocorridos no curso do processo falimentar, nos termos do art. 188 do CTN, após a entrada em vigor da Lei Complementar nº 118/2005, preferem apenas os créditos quirografários;
- (D) o art. 188 do CTN passou, após a entrada em vigor da Lei Complementar nº 118/2005, a considerar extraconcursais os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo falimentar;
- (E) contestado o crédito tributário, deverá o juízo falimentar decidir sobre o incidente, mandando reservar bens suficientes à extinção total do crédito e seus acréscidos, se a massa não puder efetuar a garantia de instância por outra forma, ouvido, quanto à natureza e valor dos bens reservados, o representante da Fazenda Pública interessada.

49

A lei tributária será aplicada a fatos que venham a ocorrer após sua *vacatio legis*, se houver, e também a fato pretérito quando:

- (A) aumentar a alíquota do tributo;
- (B) cominar pena mais severa à infração tributária;
- (C) deixar de tratar o fato como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, mesmo que tenha sido fraudulento e não tenha implicado falta de pagamento de tributo;
- (D) diminuir o percentual da multa aplicável em relação à lei vigente ao tempo da sua prática e o fato ainda não tiver sido definitivamente julgado;
- (E) for meramente interpretativa, mesmo para a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados.

50

A concessão de medida liminar em mandado de segurança que ataca o lançamento tributário é causa de:

- (A) decadência do direito de lançar o crédito tributário;
- (B) exclusão do crédito tributário;
- (C) moratória do crédito tributário;
- (D) suspensão da exigibilidade do crédito tributário;
- (E) extinção do crédito tributário.

51

No Município de Niterói, o imposto sobre a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis por natureza ou acessão física, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição - ITBIM, tem como fato gerador:

- (A) arrematação de imóvel em hasta pública;
- (B) doação de imóvel com reserva de usufruto;
- (C) incorporação de imóvel ao patrimônio de pessoa jurídica em realização do seu capital;
- (D) cessão de quotas do capital de sociedade cuja atividade preponderante é a compra e venda de imóveis;
- (E) instituição de hipoteca sobre o bem imóvel.

52

Conforme previsão constitucional, a contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública pode:

- (A) ser cobrada na fatura de consumo de energia elétrica;
- (B) ser instituída pela União e pelos Estados;
- (C) ter alíquotas máximas e mínimas fixadas pelo Senado Federal;
- (D) ser cobrada no mesmo exercício financeiro em que seja publicada a lei que a instituir;
- (E) ter suas alíquotas aumentadas por decreto.

53

Nos termos do Código Tributário Nacional, é correto afirmar que o domicílio tributário:

- (A) pode ser livremente eleito pelo sujeito passivo da obrigação tributária, não tendo a autoridade administrativa o poder de recusá-lo;
- (B) das pessoas jurídicas de direito público será considerado como aquele situado no município de maior relevância econômica da entidade tributante;
- (C) das pessoas naturais será a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, aquela que a autoridade administrativa assim eleger;
- (D) da pessoa jurídica de direito privado que possua mais de um estabelecimento será aquele cuja escrituração contábil demonstre maior faturamento;
- (E) é definido pelo lugar dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que tenham dado origem à obrigação tributária, na impossibilidade de aplicação dos critérios do CTN.

54

Dentistas, médicos, contadores e outros profissionais liberais pagam às suas entidades de fiscalização do exercício de suas profissões uma espécie de tributo. De acordo com as disposições constitucionais, esse tributo é:

- (A) um imposto para o financiamento das entidades de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas por lei;
- (B) uma contribuição social para financiar as atividades desenvolvidas pelas entidades de fiscalização;
- (C) uma taxa pelo exercício do poder de polícia das entidades de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas por lei;
- (D) uma contribuição de interesse das categorias profissionais ou econômicas, para financiamento das entidades que exercem o poder de polícia em relação aos profissionais afiliados;
- (E) uma contribuição de melhoria para o incremento das atividades das entidades que exercem o poder de polícia em relação aos profissionais afiliados.

55

É motivo que possibilite à União instituir empréstimo compulsório a necessidade de:

- (A) atender a despesas extraordinárias, decorrentes de guerra interna;
- (B) enfrentar conjuntura que exija a absorção temporária de poder aquisitivo;
- (C) atender a despesas ordinárias, decorrentes de guerra interna;
- (D) realizar investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional;
- (E) atender a despesas extraordinárias, decorrentes de conflito armado no interior do país.

56

A contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública e o preço público são, conforme a classificação das receitas públicas, respectivamente, receitas:

- (A) tributária e derivada;
- (B) originária e derivada;
- (C) derivada e originária;
- (D) ordinária e extraordinária;
- (E) derivada e ordinária.

57

Sobre a disciplina da espécie tributária “taxa” na Constituição Federal e no CTN, é correto afirmar que:

- (A) é um tributo de competência privativa da União;
- (B) poderá ter base de cálculo própria de imposto;
- (C) é tributo de competência comum à União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- (D) é tributo que poderá ter como fato gerador a prestação de serviço público específico e indivisível;
- (E) é um tributo cuja majoração da respectiva base de cálculo é exceção ao princípio da anterioridade.

58

De acordo com as normas gerais de Direito Tributário, uma criança de sete anos:

- (A) possui capacidade tributária passiva parcial até completar dezoito anos de idade;
- (B) não possui qualquer capacidade tributária passiva, porque é incapaz de discernir sobre a prática dos fatos geradores;
- (C) possui total capacidade tributária passiva;
- (D) possui capacidade tributária parcial até completar dez anos de idade;
- (E) não possui capacidade tributária passiva, porque é menor de idade.

59

Nos termos do Código Tributário Nacional, são modalidades de extinção do crédito tributário:

- (A) parcelamento, remissão e decadência;
- (B) pagamento, transação e conversão do depósito em renda;
- (C) anistia, moratória e prescrição;
- (D) decadência, transação e isenção;
- (E) pagamento, prescrição e parcelamento.

60

A lei de instituição de um tributo previu como fato gerador um negócio jurídico condicional. Assim, considerar-se-á como ocorrido o fato gerador:

- (A) desde o momento da prática do ato ou da celebração do negócio, se a condição for suspensiva;
- (B) desde o momento do implemento da condição, se esta for resolutória;
- (C) desde o momento da implementação da celebração do negócio, seja a condição resolutória ou suspensiva;
- (D) desde o momento do implemento da condição, se esta for suspensiva;
- (E) desde o momento da exteriorização do negócio, por publicação, se a condição for suspensiva.

61

João, 75 anos, proprietário de imóvel, recebeu uma carta da municipalidade com a comunicação de que, mesmo tendo ocorrido o fato gerador do IPTU, não haveria necessidade de realização do pagamento, uma vez que fora aprovada no ano anterior uma lei que isentava os moradores com idade acima de 70 anos. Nesse caso, a lei estabeleceu uma:

- (A) imunidade;
- (B) suspensão;
- (C) exclusão;
- (D) compensação;
- (E) remissão.

62

Determinado contribuinte do IPTU não pagou o tributo relativo ao seu único imóvel residencial nos últimos quatro anos e vem a sofrer a execução fiscal para cobrança do imposto. Nesse caso:

- (A) o imóvel residencial não pode responder pela dívida do IPTU por ser bem de família;
- (B) todos os bens e rendas do contribuinte, sem comportar exceções, respondem pelo pagamento de todo crédito de natureza tributária;
- (C) o único imóvel residencial poderá ser penhorado para satisfação do crédito tributário de IPTU;
- (D) bens gravados por ônus real ou por cláusulas de inalienabilidade não podem ser alcançados para satisfação do crédito tributário;
- (E) todos os bens móveis do contribuinte, sem comportar exceções, respondem pelo pagamento de todo crédito de natureza tributária.

63

A Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, prevê diversas modalidades de licitação, como por exemplo:

- (A) leilão, convite e concurso;
- (B) concorrência, concessão e permissão;
- (C) delegação, outorga e pregão;
- (D) tomada de preços, pregão e concessão;
- (E) concorrência, tomada de preços e lotérica.

64

Marcelo, servidor público municipal ocupante do cargo efetivo de agente fazendário, atendia a um contribuinte no balcão da repartição onde exerce suas funções, prestando-lhe informações. Por descuido, o agente público esbarrou no notebook do particular que estava regularmente sobre o balcão, derrubando-o no chão. A conduta culposa de Marcelo foi a causa eficiente do acidente e ocasionou danos materiais ao particular. No caso em tela, aplica-se a responsabilidade civil:

- (A) objetiva do Município, que responderá pelos danos causados por Marcelo ao particular, sendo imprescindível a comprovação do dolo ou culpa do agente público;
- (B) objetiva do Município, que responderá pelos danos causados por Marcelo ao particular, independentemente da comprovação do dolo ou culpa do agente público;
- (C) subjetiva do Município, que responderá pelos danos causados por Marcelo ao particular, independentemente da comprovação do dolo ou culpa do agente público;
- (D) subjetiva do Município, que responderá pelos danos causados por Marcelo ao particular, sendo imprescindível a comprovação do dolo ou culpa do agente público;
- (E) subjetiva do Marcelo, que responderá pelos danos causados ao particular, independentemente da comprovação de seu dolo ou culpa.

65

Em tema de poderes administrativos, é exemplo de regular emprego do chamado poder de polícia quando:

- (A) o Secretário Municipal de Segurança Pública escolhe quais agentes públicos serão escalados para participar de determinada diligência em área de risco;
- (B) a autoridade municipal competente determina ao particular, observados os ditames legais, a demolição de obra irregular que apresenta risco iminente de desabamento;
- (C) a autoridade municipal competente, após regular processo administrativo disciplinar, condena servidor público à pena disciplinar de suspensão, por falta funcional;
- (D) o Prefeito sanciona uma lei aprovada pela Câmara municipal dispondo sobre política municipal de prevenção de crimes contra o patrimônio público local;
- (E) o Prefeito nomeia, com autorização do Governador do Estado, Bombeiro Militar para exercer o cargo de Secretário Municipal de Defesa Civil.

66

Em matéria de classificação de bens públicos, quanto à destinação, de acordo com a doutrina de Direito Administrativo e com o disposto no Código Civil, os edifícios destinados a serviço ou estabelecimento da administração municipal são bens públicos:

- (A) dominicais;
- (B) onerosos;
- (C) de uso delegado;
- (D) de uso comum do povo;
- (E) de uso especial.

67

O Estado, em sua organização, atua por meio de órgãos, agentes e pessoas jurídicas, para exercer suas atividades, com vistas a atender ao interesse público. Nesse contexto, de acordo com a doutrina de Direito Administrativo, descentralização é:

- (A) o processo segundo o qual o Estado desmembra órgãos, criando um ou mais novos órgãos, para propiciar melhoria na sua organização estrutural;
- (B) a situação em que o Estado executa suas tarefas diretamente, por intermédio dos diferentes órgãos e agentes administrativos que compõem sua estrutura funcional;
- (C) o fenômeno que permite ao Estado executar suas tarefas indiretamente, isto é, delegando o exercício da atividade a outras entidades necessariamente da Administração Indireta;
- (D) o fato administrativo que traduz a transferência da execução de atividade estatal a determinada pessoa, integrante ou não da Administração;
- (E) o desmembramento de órgãos da Administração Direta para Indireta, sendo transferido com eles o dever de controle e fiscalização da atividade.

68

De acordo com o texto constitucional, sem prejuízo da ação penal cabível, os atos de improbidade administrativa importarão, na forma e gradação previstas em lei:

- (A) a cassação dos direitos políticos, a suspensão da função pública, o arresto dos bens e a devolução em dobro do valor do dano ao erário;
- (B) a multa civil, a proibição de contratar com o poder público, o ressarcimento ao erário e a cassação dos direitos políticos;
- (C) a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário;
- (D) a inelegibilidade, a suspensão do cadastro de pessoa física ou do cadastro nacional de pessoa jurídica e o ressarcimento ao erário;
- (E) a devolução em dobro do valor do dano ao erário, a suspensão dos direitos administrativos e o sequestro dos bens adquiridos ilicitamente.

69

Consoante ensina a doutrina de Direito Administrativo, as autarquias municipais integram a chamada Administração:

- (A) Direta, têm personalidade jurídica de direito público e são criadas por lei complementar;
- (B) Direta, têm personalidade jurídica de direito privado e sua criação é autorizada por lei complementar;
- (C) Indireta, têm personalidade jurídica de direito público e são criadas por lei específica;
- (D) Indireta, têm personalidade jurídica de direito privado e sua criação é autorizada por lei complementar;
- (E) Indireta, têm personalidade jurídica de direito público e sua criação é autorizada por lei complementar.

70

Em matéria de regime previdenciário, a Constituição da República dispõe que é vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores titulares de cargos efetivos dos Municípios, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, alguns casos, como os de servidores:

- (A) indígenas;
- (B) portadores de deficiência;
- (C) da área da educação;
- (D) da área da saúde;
- (E) da área da segurança pública.

71

Em relação à disciplina constitucional do concurso público para ingresso de pessoal no serviço público, é correto afirmar que:

- (A) os cargos, empregos e funções públicas de qualquer natureza são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, vedado o acesso aos estrangeiros, em respeito ao princípio constitucional da soberania nacional;
- (B) o prazo de validade do concurso público será de dois anos, prorrogável uma vez, por igual período, a critério do presidente da banca examinadora do certame, caso tal circunstância tenha sido expressamente prevista no edital;
- (C) a investidura em cargo ou emprego público, efetivo ou em comissão, depende necessariamente de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei;
- (D) a nomeação para cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, na forma prevista em lei, ressalvada a função de confiança, que é exercida exclusivamente por servidores não concursados;
- (E) durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.

72

O art. 37, *caput*, da Constituição Federal dispõe que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes dos Municípios obedecerá aos chamados princípios administrativos expressos. Dentre eles, destaca-se o princípio da publicidade, que também se manifesta pelo direito à informação. Nesse sentido, o texto constitucional assegura a todos o direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular:

- (A) que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, com exceção das hipóteses de sigilo, que consistem nos casos de interesse coletivo ou geral, intimidade e segurança do Estado;
- (B) que serão prestadas no prazo máximo de trinta dias, sob pena de responsabilidade do servidor competente, com exceção das hipóteses cujo sigilo seja imprescindível aos direitos de terceiros;
- (C) ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo máximo de trinta dias, sob pena de responsabilidade do servidor competente, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível aos direitos de terceiros;
- (D) ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;
- (E) que serão prestadas no prazo máximo de trinta dias, sob pena de responsabilidade do servidor competente, com exceção da hipótese de sigilo, que ocorre exclusivamente mediante prévio decreto por decisão judicial.

73

Os atos administrativos emanam de agentes dotados de parcela do poder público e estão revestidos de certas características que os distinguem dos atos privados em geral, a fim de que possam alcançar a finalidade que atenda ao interesse público. Dentre tais características ou atributos, destaca-se a autoexecutoriedade, segundo a qual o ato administrativo:

- (A) traz em si, quando editado, a presunção de legitimidade, ou seja, a presunção de que nasceu em conformidade com as devidas normas legais;
- (B) pode ser, tão logo praticado, em regra, imediatamente executado e seu objeto imediatamente alcançado, sem prévia intervenção do Poder Judiciário;
- (C) é cogente, obrigando a todos quantos se encontrem em seu círculo de incidência, ainda que o objetivo a ser por ele alcançado contrarie interesses privados;
- (D) é executado pela autoridade administrativa por motivos de conveniência e oportunidade, observado o devido procedimento legal;
- (E) é de observância e execução obrigatória a todos os administrados, tão logo haja a intimação pessoal daqueles que tiverem sua esfera jurídica afetada pelo ato.

74

Sandro compareceu a uma repartição pública e foi informado de que deveria pagar determinado valor em dinheiro para que certo serviço público, perfeitamente individualizado e especificamente direcionado à sua pessoa, fosse prestado. Como, no seu entender, todo serviço público deveria ser gratuito, procurou obter maiores esclarecimentos. Um advogado informou-lhe que a cobrança estava correta. De acordo com a ordem constitucional, o tributo cobrado de Sandro é denominado:

- (A) imposto;
- (B) contribuição de melhoria;
- (C) taxa;
- (D) contribuição social;
- (E) preço público.

75

Epaminondas, dedicado servidor público, consultou Eustáquio a respeito das situações em que seria possível a decretação da perda do cargo público. À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que o servidor público, observados os requisitos previstos na ordem jurídica:

- (A) somente pode perder o cargo por sentença judicial da qual não caiba mais recurso;
- (B) pode perder o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho;
- (C) somente pode perder o cargo mediante processo administrativo disciplinar;
- (D) pode perder o cargo caso seja preso em flagrante delito por crime inafiançável;
- (E) somente pode perder o cargo se a demissão em sede administrativa for confirmada por sentença judicial.

76

A Constituição Federal dispensou grande proteção aos direitos e garantias fundamentais, com especial ênfase para a liberdade individual. A respeito das hipóteses de privação da liberdade, é correto afirmar que:

- (A) somente a autoridade policial pode determinar a prisão de uma pessoa acusada da prática de crime;
- (B) a prisão de uma pessoa somente pode ser decretada ao fim de um processo judicial;
- (C) a prisão de uma pessoa que está praticando um crime somente pode ocorrer por determinação da autoridade judicial;
- (D) qualquer pessoa pode vir a ser presa caso esteja em flagrante delito;
- (E) a prisão de uma pessoa acusada da prática de crime pode ocorrer por decisão de qualquer autoridade administrativa.

77

A Constituição Federal, ao estabelecer as disposições gerais afetas à administração pública, fez menção às sociedades de economia mista e às fundações.

É correto afirmar que:

- (A) as sociedades de economia mista integram a administração indireta;
- (B) as sociedades de economia mista somente podem ser criadas por decreto;
- (C) apenas as fundações integram a administração direta;
- (D) as fundações somente podem surgir a partir de licitação;
- (E) as sociedades de economia mista e as fundações integram a administração direta.

78

Na medida em que a República Federativa do Brasil encontra-se organizada sob a forma de uma Federação, formada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, é correto afirmar, em relação à divisão de competências legislativas, que:

- (A) todos os entes federativos podem legislar sobre qualquer matéria;
- (B) os Estados e o Distrito Federal somente podem legislar se autorizados pela União;
- (C) os Municípios somente podem legislar se autorizados pelo Estado em que inseridos;
- (D) a ordem constitucional não previu qualquer hipótese de competência concorrente;
- (E) existem matérias sujeitas à competência privativa de determinado ente federativo.

79

Genival pagou determinado imposto de competência municipal. No ano seguinte, soube que o Prefeito Municipal havia encaminhado um projeto de lei com o objetivo de aumentar a arrecadação desse imposto. Para alcançar esse objetivo, previu que o aumento retroagiria três anos, de modo que os contribuintes deveriam complementar os valores anteriormente recolhidos. Genival ficou preocupado com a possível aprovação do projeto e procurou um advogado para saber se ele estava em harmonia com a Constituição Federal. É correto afirmar que, sob a ótica constitucional, a promulgação de lei desse teor:

- (A) é possível, pois a lei tributária sempre pode retroagir em detrimento do contribuinte;
- (B) não é possível, pois a lei não poderia alcançar fatos geradores anteriores à sua vigência;
- (C) é possível, pois o aumento da arrecadação, se necessário, justifica a retroação da lei;
- (D) não é possível, pois a lei não pode retroagir mais de um ano civil;
- (E) é possível, pois a lei que versa sobre impostos, diversamente da taxa, sempre pode retroagir.

80

Pedro, servidor público federal, tinha o sonho de ser eleito vereador em seu município. Apesar disso, tinha medo de perder o cargo federal caso fosse eleito e tomasse posse no cargo municipal. À luz da sistemática constitucional, caso Pedro seja investido no mandato de vereador:

- (A) deverá ser necessariamente demitido do serviço público federal;
- (B) será necessariamente afastado do cargo federal, mas sem demissão;
- (C) sempre deverá optar pela remuneração de um dos cargos;
- (D) se houver compatibilidade de horários, desempenhará ambas as funções;
- (E) sempre receberá a remuneração correspondente a ambos os cargos.

Rascunho

Rascunho

Rascunho

Realização

